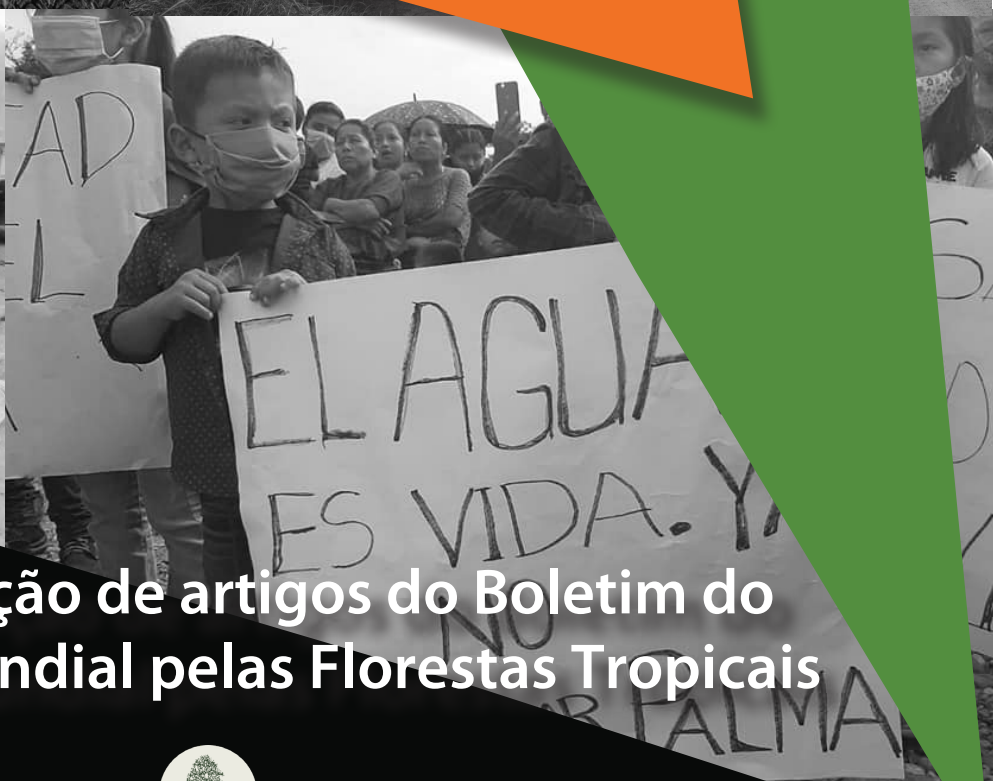




ESQUEMAS DE CERTIFICAÇÃO DE “SUSTENTABILIDADE”

30 ANOS DE ENGANO E VIOLÊNCIA



Uma compilação de artigos do Boletim do
Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais



Esquemas de certificação de “sustentabilidade”: 30 anos de engano e violência

Uma compilação de artigos do Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Esta compilação também está disponível em espanhol, inglês e francês.

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)
Outubro, 2023

Este trabalho foi possível graças às contribuições de Misereor/KZE (Alemanha), da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Sida), através da Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (SSNC), da organização suíça HEKS/EPER e Swift Foundation, dos Estados Unidos. As visões aqui expressas são o resultado de informações obtidas de diversas fontes acessadas pela organização e não refletem necessariamente a opinião oficial dos colaboradores ou de seus financiadores.



Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Av. Bolivia, 1962 BIS

CP 11500 – Montevideu, Uruguai

Telefone: +598 2605 6943

Email: wrm@wrm.org.uy

www.wrm.org.uy/pt

SUMÁRIO

Introdução	4
Seção 1. Sobre os selos de certificação: essência, impactos e ameaças	7
Seção 2. Violações certificadas: casos ao redor do mundo	11
Seção 3. Declarações	15

INTRODUÇÃO

As prateleiras de supermercados e lojas estão repletas de produtos certificados. As embalagens apresentam diferentes selos que indicam que os produtos foram feitos com papel ou madeira “sustentável”, alimentos e cosméticos à base de óleo de dendê “sustentável”, soja “responsável”, e por aí vai. Até mesmo no momento de comprar uma passagem aérea o consumidor pode pagar um pouco mais para *certificar-se* de que suas emissões de carbono serão supostamente “neutralizadas”, de modo a garantir a tal “sustentabilidade”.

Mas por que há essa necessidade de tantos selos e formas de certificação? O que está sendo realmente certificado? E quem está se beneficiando com isso? Depois de 30 anos com selos de certificação com viés ambiental e social, está claro que a única “sustentabilidade” que garantem é a dos lucrativos negócios das empresas certificadas e da própria indústria de certificação.

O primeiro selo internacional para produtos florestais e sua cadeia produtiva surgiu no início dos anos 1990, com a criação do Conselho de Manejo Florestal (FSC – Forest Stewardship Council). Embora sua origem esteja ligada à pressão da sociedade civil sobre as empresas, o FSC foi plenamente assimilado pela lógica produtiva de empresas madeireiras atuando nas florestas, de gigantescas empresas produtoras de papel e celulose a partir de monoculturas de árvores, bem como de empresas produtoras e distribuidoras de bens de consumo.

Com o tempo, ao mostrar que não representava qualquer ameaça – pelo contrário, um trunfo – para a estratégia de acumulação de lucro das empresas envolvidas, outros setores passaram a criar mecanismos semelhantes. Dessa forma, poderiam limpar sua imagem diante dos danos ambientais e sociais causados pela sua cadeia produtiva. Assim, a partir dos anos 2000, proliferaram-se as iniciativas e as chamadas mesas-redondas para produção sustentável ou responsável de produtos como óleo de dendê, soja, cacau, cana-de-açúcar, entre outros.

Todas essas iniciativas têm vários aspectos em comum:

- São esquemas que se apresentam como uma associação sem fins lucrativos entre muitos atores e interesses aparentemente diversos (empresas, ONGs,

governos, etc.). No entanto, na prática os participantes do setor empresarial e seus aliados como grandes ONGs conservacionistas dominam essas iniciativas, impondo seus interesses em uma relação de poder sumamente desigual entre os membros. Isso também é visível no foco dado a aspectos técnicos e processuais, frequentemente deixando os conflitos reais das comunidades afetadas fora do escopo da certificação.

- São mecanismos que estabelecem orientações e diretrizes operacionais para as empresas aderirem de forma voluntária, impossibilitando consequências legais quando normas são violadas – normas elaboradas e julgadas por elas mesmas, convém salientar.

- São iniciativas submetidas à lógica do mercado e sua expansão, ou seja, os selos de certificação se tornaram importantes, tanto para conseguir financiamentos para os projetos de expansão das empresas, quanto para conquistar consumidores, sobretudo urbanos e do norte global.

- São mecanismos sediados em países do norte e com quadros de diretores formados majoritariamente por homens e por pessoas brancas. Às comunidades rurais do sul, que enfrentam as plantações certificadas, cabe o papel de meros receptores de determinações impostas de fora sobre o uso do espaço em que vivem. E se quiserem contestar as ações de alguma das empresas certificadas, precisam se submeter ao protocolo elaborado pelo próprio sistema de certificação sobre como proceder.

- São utilizadas pelas empresas como mecanismos de defesa sempre que confrontadas com críticas em relação aos impactos de suas atividades: “Nossos produtos são certificados...”, “O projeto tem certificação...”, como se isso representasse garantia de que não há motivos para preocupação.

Seja como for, tais mecanismos de certificação não interromperam a expansão destrutiva das plantações industriais de árvores, do dendê, da soja, etc., nem foram capazes de resolver os conflitos gerados com comunidades tradicionais e Povos Indígenas. Tampouco apresentam potencial para isso, já que estão desenhados para permitir a continuidade e expansão de padrões corporativos de acumulação que são intrinsecamente dependentes de uma dinâmica predatória. Na realidade, o principal denominador comum de tais esquemas de certificação é o fato de garantirem um rótulo verde às empresas envolvidas, contribuindo para seu objetivo primordial, isto é, a maximização do lucro.

Em outras palavras, essas empresas destruidoras necessitam dos selos de certificação para conseguir obter alguma legitimidade frente aos consumidores e investidores, tendo em vista a vasta quantidade de reportagens, notícias e estudos que mostram efeitos danosos como apropriação indevida de terras; problemáticos ou inexistentes processos de consulta às comunidades; contaminação por agrotóxicos; degradação do solo; empregos precários e humilhantes; abuso sexual e outras formas de violência contra as mulheres, entre muitos outros impactos relacionados à produção em grandes monocultivos. As certificadoras se tornaram, assim, uma peça central por meio da qual as empresas buscam legitimar a expansão territorial e econômica no sul global, ludibriando os consumidores com o discurso de “sustentabilidade”, permitindo afirmarmos sem ressalvas que a própria certificação se tornou uma causa subjacente do desmatamento.

Ademais, é importante mencionar que a ideia de certificação vem ganhando novos contornos. Com a criação de mecanismos de compensação de emissões de carbono e de perdas de biodiversidade, novas mercadorias já nascem atreladas a mecanismos de certificação. Nesse novo mercado, os *créditos de carbono* e os *créditos de biodiversidade* – emitidos pelos esquemas de certificação – representam uma suposta garantia de que as emissões de gases do efeito estufa ou a destruição da biodiversidade está sendo devidamente compensada em outro lugar. Diferentemente da madeira, do óleo de palma ou da soja, em que a certificação é “adicionada” ao produto por meio de um selo, nos mercados de carbono e biodiversidade é o próprio processo de certificação que gera o produto (abstrato) a ser consumido, isto é, o crédito de carbono. Em outras palavras, a mercadoria em si é supostamente uma garantia – ainda que uma garantia virtual, obtida por meio de metodologias duvidosas e permeada por interesses escancaradamente suspeitos.

Esta compilação de artigos de boletins do WRM tem como objetivo destacar o papel prejudicial desempenhado pelas empresas e organizações envolvidas em esquemas de certificação. O WRM considera importante destacar como, após três décadas com cada vez mais selos de certificação ambiental nos mercados, mais do que nunca é importante acabar com essa maquiagem verde que, em última instância, ao invés de combater a devastação ambiental e as mazelas sociais ligadas aos empreendimentos corporativos, oculta e sustenta sua lógica destrutiva.

SEÇÃO 1

Sobre os selos de certificação: Essência, impactos e ameaças



Trabalhadoras carregam cargas pesadas de fertilizantes em uma plantação de óleo de palma em Sumatra, Indonésia. Foto: AP / Binsar Bakkara

É responsável, sustentável, renovável e certificada uma economia que destrói o planeta?

Do [Boletim 256 do WRM](#), julho de 2021

Esquemas de certificação que buscam legitimar atividades prejudiciais ao meio ambiente e seus povos, usando palavras como “sustentável”, são uma estratégia de sobrevivência para o capitalismo. No marco da chamada “transição energética”, até a indústria da mineração procura validar o seu crescimento imparável. Uma transição real deve ser justa e acompanhada de mudanças sistêmicas, e não baseada em mais mentiras verdes.

[Leia este artigo on-line](#)

Por que a RSPO facilita a concentração de terras para o óleo de dendê

Do [Boletim 219 do WRM](#), novembro de 2015

O que é a Mesa Redonda sobre Óleo de Dendê (Palma) Sustentável (RSPO)? O que significa a atual concentração de terras com monocultura industrial de dendê em grande escala para as comunidades afetadas por ela e para as empresas que a promovem, e qual é o papel da RSPO? A RSPO tem sido uma solução para as comunidades? Ajudou a tornar o óleo de dendê sustentável? Este artigo é baseado em uma conversa entre Winnie Overbeek, coordenador internacional do World Rainforest Movement, e a GRAIN, em setembro de 2014, que foi publicada pela GRAIN em [“Planet palm oil”](#).

[Leia este artigo on-line](#)

Certificação de carbono: “A roupa nova do rei”

Do [Boletim 266 do WRM](#), Julho de 2023

Este artigo reflete sobre o papel instrumental que os esquemas de certificação de créditos de carbono desempenham na estrutura da economia verde, bem como sobre os interesses e as contradições intrínsecas ao processo de certificação.

[Leia este artigo on-line](#)

A lavagem verde continua: o FSC certifica plantações industriais de árvores como se fossem florestas e a RSPO certifica plantações de dendezeiros como se fossem sustentáveis

Do [Boletim 233 do WRM](#), setembro de 2017

Por mais de 20 anos, esquemas de certificação como o Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council, FSC) e a Mesa Redonda sobre Óleo

de Dendê (Palma) Sustentável (RSPO) ajudaram as empresas de plantações a garantir seus lucros e proteger suas reputações. Como podem fazer isso quando os impactos nocivos das grandes plantações industriais de eucalipto, pinus, acácia e dendê são tão evidentes em todo o mundo?

[Leia este artigo on-line](#)

RSPO: terceirizando a regulamentação ambiental para empresas e indústrias de dendê

Do [Boletim 253 do WRM](#), janeiro de 2021

O esquema de certificação da Mesa Redonda sobre Óleo de Dendê (Palma) Sustentável (RSPO) usou a crise de legitimidade da indústria de óleo de dendê para fortalecer o terreno em benefício da própria indústria, emitindo certificados que supostamente garantem padrões de “sustentabilidade” – que são gerenciados por e para empresas relacionadas ao setor de óleo de dendê.

[Leia este artigo on-line](#)

“Gênero” na indústria de óleo de dendê e em seu selo RSPO

Do [Boletim 254 do WRM](#), março de 2021

A inclusão de políticas específicas de gênero nas operações das empresas de óleo de dendê e o esquema de certificação da Mesa Redonda sobre Óleo de Dendê (Palma) Sustentável (RSPO) podem fazer algo mais do que encobrir a violência, o patriarcado estrutural e o racismo inerentes ao modelo de plantações? Como, nesse contexto, se desenvolvem essas políticas de gênero?

[Leia este artigo on-line](#)

FSC: Certificando mercados de acumulação

Do [Boletim 213 do WRM](#), maio de 2015

Por muito tempo, a certificação de projetos destrutivos para as florestas e suas teias de vida, incluindo as comunidades que vivem nas florestas e delas dependem, tem sido incessantemente denunciada. A certificação do Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council, FSC) não apenas legitima a extração industrial de madeira em florestas tropicais e vastas áreas de plantações de monoculturas, como também tem se associado a mercados de carbono, certificando árvores plantadas para o “sequestro de carbono”. Sem

enfrentar as causas subjacentes do desmatamento, o FSC incentiva o aumento do consumo de madeira e produtos derivados – desde que tenham o seu selo.

[Leia este artigo on-line](#)

Duas mentiras deslavadas se juntam: mesas redondas de certificação e REDD+

Do [Boletim 219 do WRM](#), novembro de 2015

A certificação tem sido descrita como a maior das grandes mentiras do movimento da sustentabilidade. E nos últimos anos, as mesas redondas de certificação se uniram a outra grande mentira brilhante: REDD+. O REDD+ não é feito para reduzir as emissões, pelo menos não aquelas causadas por quem é responsável pelo desmatamento em grande escala. O REDD+ culpa os agricultores e os povos da floresta pela perda de florestas, enquanto as empresas e as políticas governamentais responsáveis pelo desmatamento em grande escala continuam inabaláveis, com o desmatamento que elas causam frequentemente recebendo dupla lavagem verde pelos selos da certificação de commodities e do REDD+.

[Leia este artigo on-line](#)

“Mineração inteligente para a floresta”: a estratégia do Banco Mundial para fazer lavagem verde na destruição da mineração nas florestas

Do [Boletim 246 do WRM](#), novembro de 2019

Um oxímoro é “uma afirmação que parece afirmar duas coisas opostas”. O Banco Mundial tem muita experiência com iniciativas desse tipo. Com um relatório intitulado “Tornando a mineração inteligente para a floresta” e o lançamento de um “Mecanismo de mineração inteligente para o clima” em 2019, acrescenta mais duas à sua coleção.

[Leia este artigo on-line](#)

SEÇÃO 2

Violações certificadas: Experiências ao redor do mundo



Jari Florestal, Brasil. Foto: Tarcísio Feitosa

FSC e RSPO como parceiros no crime? A questão fundiária da Jari Florestal e da Agropalma na Amazônia brasileira

Do [Boletim 240 do WRM](#), novembro de 2018

Há anos, o WRM vem alertando para o fato de que muitas plantações de monoculturas certificadas no Brasil foram estabelecidas em terras com títulos obtidos de forma fraudulenta. Este artigo discute o caso de duas empresas que atuam na Amazônia brasileira: Agropalma e Jari Florestal.

[Leia este artigo on-line](#)

A luta dos indígenas Kinggo para defender a floresta tradicional de Papua

Do [Boletim 254 do WRM](#), março de 2021

Petrus Kinggo e outros líderes comunitários de Papua foram convencidos a abrir mão de suas florestas tradicionais com promessas enganosas e falsas do Grupo Korindo, que desmatou as florestas dos Povos Indígenas Kinggo para suas plantações de dendezeiros. Agora as comunidades estão lutando contra as plantações do Korindo, certificadas pelo FSC, apesar da contínua intimidação local e internacional.

[Leia este artigo on-line](#). Também [disponível em Bahasa Indonésia](#).

Indonésia – Entrevista com a Sawitwatch sobre os impactos das plantações industriais de dendê na Indonésia e a experiência com a RSPO

Do [Boletim 201 do WRM](#), maio de 2014

A Indonésia concentra a maior área de plantações industriais de dendê do mundo, seguida pela Malásia. Esse uso extensivo da terra e a contínua expansão rápida provocaram muitos conflitos entre comunidades e as empresas que operam essas plantações.

[Leia este artigo on-line](#)

A monocultura do dendê no município de Ixcán, na Guatemala: uma história de expropriação e enganos

Do [Boletim 257 do WRM](#), setembro de 2021

A empresa Palmas del Ixcán se impôs em vastos territórios da Guatemala, por meio do que as comunidades chamam de “expropriação sistemática”. Ela usou várias táticas para se apropriar de terras e expandir suas plantações, incluindo o enganoso processo de certificação da RSPO, bem como o uso de “produtores independentes”. Apesar da criminalização, a resistência das comunidades é cada vez mais forte.

[Leia este artigo on-line](#)

Equador: a certificação da carcinicultura industrial amplia a violação de direitos e a destruição dos manguezais

Do [Boletim 254 do WRM](#), março de 2021

Apesar do intenso corte de manguezais para dar lugar a fazendas de camarão e da opressão das comunidades pesqueiras e extrativistas, a indústria do camarão no Equador tem acesso a certificações que não apenas facilitam sua entrada no mercado externo, mas também escondem um histórico de violência contra os povos dos manguezais.

[Leia este artigo on-line](#)

Projeto Envira REDD+, no Acre, Brasil: certificadoras de carbono atribuem Nível Ouro a promessas vazias

Do [Boletim 237 do WRM](#), abril de 2018

Uma comunidade de seringueiros, parte de um projeto de REDD+ de 40 mil hectares, enfrenta uma luta difícil para preservar seu modo de vida. O projeto já vendeu créditos de carbono, mas até agora apenas forneceu à comunidade local kits odontológicos e uma consulta com dentista.

[Leia este artigo on-line](#)

O Projeto Katingan REDD+ na Indonésia: a mercantilização da natureza, do trabalho e da reprodução das comunidades

Da publicação [15 anos de REDD: Um esquema corrompido em sua essência](#), abril de 2022.

As “concessões” estabelecidas para gerar e vender créditos de carbono estão corroendo profundamente as estruturas, a organização e a reprodução das comunidades. A aldeia indonésia de Bapinang Hilir está localizada fora da área de concessão do projeto de REDD+ Katingan, mas foi situada dentro da zona confirmada do projeto pelos esquemas de certificação (VCS e CCBA). De que formas os proprietários de concessões lucraram com essa inclusão e qual foi o custo para os moradores de Bapinang Hilir?

[Leia este artigo on-line](#)

O Projeto de REDD+ PIREDD/Plateaux em Mai-Ndombe, na RDC: conflitos e um mecanismo de queixas

Da publicação [15 anos de REDD: Um esquema corrompido em sua essência](#), abril de 2022.

O Projeto de REDD+PIREDD/Plateaux faz parte de uma das maiores iniciativas de REDD+ jurisdicional do mundo. Como a maioria dos projetos desse tipo, possui um mecanismo de queixas. As comunidades revelam como esse mecanismo é enganoso, pois o projeto não tem que prestar contas àqueles a quem afeta. O desenho do mecanismo foi sistematicamente incapaz de resolver as queixas das comunidades. Mas então, por que esse mecanismo existe?

[Leia este artigo on-line](#)

SECCIÓN 3

Declarações



Imagem de declaração "RSPO: 14 anos de fracasso em eliminar a violência e a destruição da indústria de óleo de dendê"

RSPO: 14 anos de fracasso em eliminar a violência e a destruição da indústria de óleo de dendê

[Declaração aberta de vários grupos](#), novembro de 2018

A Mesa Redonda sobre Óleo de Dendê (Palma) Sustentável (RSPO) não cumpriu a promessa de “transformar” a indústria de produção de óleo de dendê em um setor “sustentável”. Na realidade, a RSPO tem sido usada pela indústria de óleo para fazer lavagem verde na destruição causada pelas empresas e nos abusos dos direitos humanos, enquanto continua expandindo os negócios, a destruição da floresta e os lucros.

Mesa Redonda sobre Óleo de Dendê (Palma) Sustentável: 19 anos é o suficiente

[Declaração aberta de vários grupos](#), novembro de 2022

Dezenove anos de evidências contínuas provam que a RSPO não foi capaz de manter seus próprios princípios e critérios. Em um momento em que cresce a área certificada pela RSPO e a organização é promovida como padrão de sustentabilidade dentro de leis e políticas nacionais, regionais e internacionais, reiteramos nossa denúncia da RSPO e nosso compromisso com ações que possam servir verdadeiramente aos interesses das comunidades e acabar com o modelo colonialista de plantações industriais de dendê.